

Opinião

“Quando o Povo de Constância Fuzilava Liberais: Verdades Incómodas da Guerra Civil”



por [José Luz](#)

Diário do Ribatejo, 23 de Julho, 2025

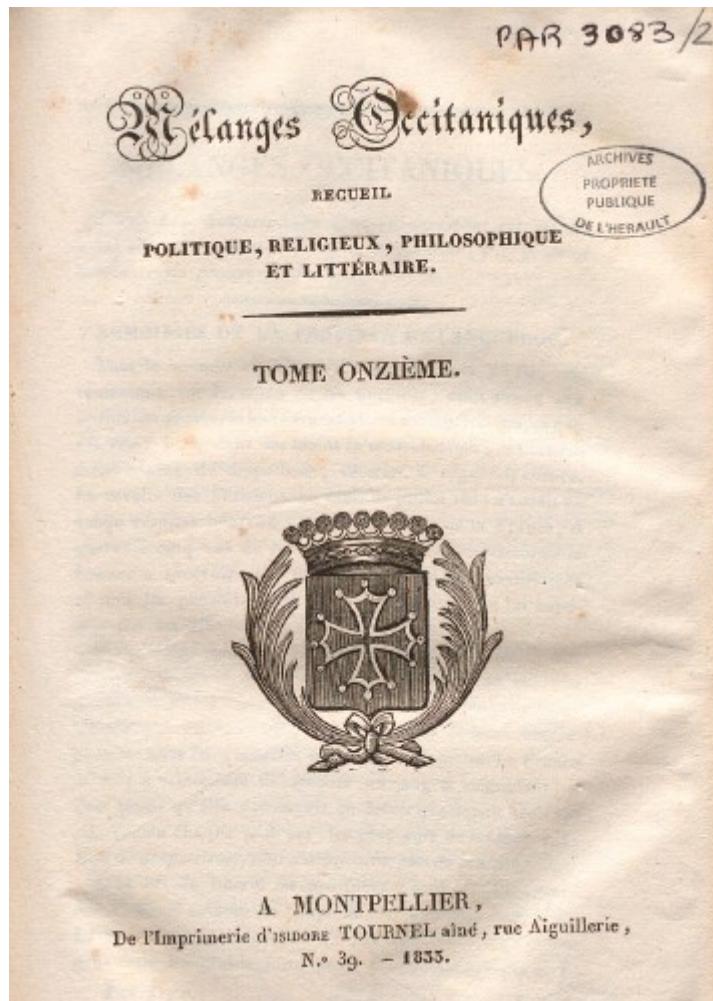


Caricatura representando D. Pedro IV e D. Miguel disputando a coroa portuguesa, por Honoré Daumier, 1833. Biblioteca Nacional Digital <http://purl.pt/5206>, Domínio público.

Um documento da Biblioteca Nacional de França revela-nos hostilidades da então população de Punhete para com as guerrilhas liberais. E refere mesmo «fuzilamentos». Parece que a versão oficial da adesão da população local à causa liberal esbarra nalgumas fontes independentes.

Fazendo a súmula dos acontecimentos a abordar nesta crónica... a 3 de dezembro de 1836, a Câmara de Punhete terá dirigido a D. Maria II um requerimento solicitando que lhe fosse atribuído o título de «Notável». Nesse documento, alegava-se que esse mesmo título fora já concedido, em circunstâncias semelhantes, à vila de Marvão, por decreto

de 5 de junho de 1834. Acrescentava-se ainda que «os seus habitantes foram os primeiros que em todo o Portugal espontaneamente aclamaram a nova majestade e as liberdades pátrias na vila de Tomar, em o dia 25 de Junho de 1833, mesmo no centro das baionetas do usurpador (...)».



«*Mélanges occitaniques: compilação política, religiosa, filosófica e literária*». Biblioteca Nacional de França.

Fonte amiga comunicou-me recentemente que, após exaustiva pesquisa nos arquivos oficiais, não encontrou vestígios desse documento nas respectivas pastas. É uma questão que merece atenção continuada. Por ora, vamo-nos cingir ao que consta das fontes publicadas.

Em crónica anterior (1), apresentei a versão popular que recolhi localmente sobre os factos que poderão ter motivado a alteração do nome «Punhete» para «Constância». Na altura, sublinhei algumas dúvidas razoáveis quanto ao efetivo grau de envolvimento da população local na causa liberal — especialmente no célebre episódio da aclamação de D. Maria II em Tomar e na defesa dos seus pretensos direitos régios.

Novos documentos agora divulgados parecem vir reforçar essas reservas. Em particular, uma publicação contemporânea aos factos (2), conservada na Biblioteca Nacional de França, (após tradução):

«6 de agosto de 1833 – Portugal. Guerrilhas constitucionais estavam reunidas em Punhete e Beja, mas logo o povo das vilas e das zonas rurais vizinhas se levantou contra elas, atacou-as e dispersou-as. A esta altura já não existem mais. Garantimos que em Punhete foram fuzilados alguns prisioneiros. Nos Algarves, a população também se insurgiu contra os pedristas. Palmela e Vila Flor não foram mais felizes do que no Porto, em 1828.



Jornal «Le National» edição de 27 de Julho de 1833. Biblioteca Nacional de França.

Segundo a Gazeta de Madrid, as instalações capturadas pela esquadra de D. Pedro permaneciam na Baía de Lagos. As tripulações que se recusavam a servir a causa de D. Maria causavam inquietação crescente, obrigando o Duque de Vila Flor a regressar àquela zona».

É da história que Dom Manuel Martinini, da causa liberal, organizou uma quadrilha revolucionária na Barquinha. O “Hespanhol”, casado em Carquejos, morou em Punhete e terá formado a sua própria quadrilha, que rumou a Tomar, soltou presos, saqueou, prendeu o juiz de fora, proclamou um governo revolucionário e assassinou de forma cruel o escrivão da Correição, mutilando-lhe os dedos antes de lhe tirar a vida. Este episódio fora já mencionado na crónica referida anteriormente (1.)».

Fracassado o liberalismo nos nossos vizinhos pessoas como Manuel Martinini fugiram de Espanha e vieram para cá prosseguir a sua senda jacobina. Este assentou em Punhete e casou com uma mulher da família Falcão.

Segundo informação constante do arquivo do Exército Português, Manuel Martini teve pelo menos um passaporte passado por ordem de Dom Miguel Pereira Forjaz e assinado por Manuel Hipólito Gomes da Silva. Datado de 15 de 24 de Novembro de 1815.

Temos agora conhecimento de que, dois meses após a referida aclamação em Tomar, as guerrilhas pedristas reunidas em Punhete foram atacadas pela população, tendo sido fuzilados alguns prisioneiros.

Vila Flor, o 1.º Duque da Terceira, figura central da causa liberal e atrás mencionado, é dado adquirido, desempenhou um papel de destaque na Guerra Civil Portuguesa. Tinha participado na Guerra Peninsular, ocupou cargos no Brasil e, após o assassinato do seu sogro (o 1.º Marquês de Loulé) atribuído por fontes a miguelistas, passou a gravitar para o campo liberal. Recusando-se a participar na conhecida Abrilada, movimento contrarrevolucionário, liderado pelo Infante Dom Miguel. Acabou preso, selando assim a sua adesão definitiva à causa liberal.

Posteriormente, liderou a campanha dos Algarves e entrou triunfante em Lisboa a 24 de julho de 1833, à frente das forças liberais. É apontado como o vencedor da Batalha da Asseiceira, um momento decisivo para o desfecho do conflito. Esta batalha pôs termo ao reinado de D. Miguel. Obrigado a recolher-se em Évora Monte. Aí, foi assinada a paz e o monarca partiu para o exílio. Coube a Vila Flôr assinar, em nome de D. Pedro, a Convenção de Évora-Monte.

Cronista da história de Constância registou perseguição a liberais até terras de Espanha



«Le Courrier Français», edição de 24 de Novembro de 1826. Biblioteca Nacional de França.

A existência de hostilidades contra os defensores da causa liberal ficaram também registadas na história local — nomeadamente em textos preservados por um antigo amigo, cuja memória me proponho perpetuar. Entre os apontamentos que recolhi nos anos 1980 na barbearia do cronista Caçao (3), há um pormenor de relevo: após 25 de

junho de 1833, os «liberais de Punhete» terão sido perseguidos até «terras de Espanha». Joaquim dos Mártires Neto Coimbra relata:

«Os absolutistas da antiga Nabância é que não estiveram de acordo e não quiseram abandonar o sr. Dom Miguel pelo irmão que calcara um dia no Brasil o laço com as cores portuguesas, e perseguiram os liberais de Punhete até terras de Espanha.»

Ou seja, os absolutistas terão perseguido a quadrilha do “Hespanhol” — não se tratando, portanto, de uma fuga colectiva para território espanhol. Há registos adicionais sobre estes acontecimentos que merecem investigação mais profunda.

D E C R E T O.

7. **S**endo mui digno da Minha particular consideração, e reconhecimento, o feito glorioso praticado pelos honrados habitantes da Villa de Punhete, os quaes no meio ainda do jugo ferreo, que opprimia a Patria, foram os primeiros que espontaneamente alçaram o generoso grito da Acclamação dos Meus Direitos, e das Publicas Liberdades na Villa de Thomar em o dia 26 de Junho de 1833, a despeito mesmo de numerosas bayonetas liberticidas, que longe de os fazer desmaiar, mais estimulavam o zelo verdadeiramente patriótico, que os animava em tão generosa, quanto infeliz tentativa, pelos successos que se lhe seguiram: Querendo Eu perpetuar por meio de um digno brasão a bem merecida conta, em que tenho tão heroico e nobre feito; brasão, que ateste igualmente aos vindouros os brios, e devoção cívica dos honrados habitantes de Punhete; e Comprazendo-Me ao mesmo tempo de Condescender com os louváveis e justos desejos da respectiva Câmara Municipal, manifestados na Representação que ella dirigiu á Minha Augusta Presença, e na qual requeria que aquella Villa fosse elevada á preeminencia de: Notavel: Hei por bem que a mencionada Villa se denomine d'ora em diante: Notavel Villa da Constância. = O Secretario d'Estado dos Negocios do Reino assim o tenha entendido, e faça executar. = Palacio das Necessidades, em sete de Dezembro de mil oitocentos trinta e seis = RAINHA. = Manoel da Silva Passos.

Decreto de 7 de Dezembro de 1836 da mudança de nome da Vila de Punhete para «Constância». Contém a versão oficial dos factos contraditada: <https://maisribatejo.pt/2021/03/12/viva-nova-de-constancia-a-historia-duma-vila-miguelista-por-descobrir/>

Em Punhete, por exemplo, Francisco Xavier de Almeida, Manuel Felicíssimo de Oliveira e Manuel Pedro Franco, receberam «a graça de poder usar» a real Efigie de Sua Majestade o Senhor Dom Miguel I. Assim o assevera a «Gazeta de Lisboa», de 14 de Abril de 1830.

A mesma publicação, na sua edição de 11 de Março de 1833, noticia o resumo dos cereais gratuitamente oferecidos por Punhete para fornecimento do Exército de Dom Miguel I: 789 alqueires de milho e 240 de cevada».

A escolha do novo topónimo de Punhete, «Constância», não é um a questão fechada. A verdade exige a exposição pública e fundamentada de todos os elementos que sustentam as diversas interpretações. Encontrei, por exemplo, na Biblioteca Nacional Portuguesa, um manifesto datado de 2 de agosto de 1829, feito um dia depois da Batalha da Praia da Vitória (Ilha Terceira, Açores), no qual se exalta a constância dos habitantes:

«Manifesto dirigido aos habitantes da Ilha Terceira (...) Povos da Terceira, Habitantes deste Ilustre Baluarte da Fidelidade, da Honra, e da **Constância**, continuai a viver na mais completa tranquilidade, cooperai com os valerosos que vos defendem (...).

Acampamento em São Sebastião, 12 de agosto de 1829, Conde de Vila Flor.».

Podemos especular se Vila Flôr, mais tarde, terá tido influência no processo da mudança de topónimo de Punhete. O seu papel na Guerra Civil é incontestável, e a referência à guerrilha pedrista de Punhete surge no mesmo contexto temporal do levantamento nos Algarves — circunstância que obrigou o próprio Vila Flor a regressar àquela região.

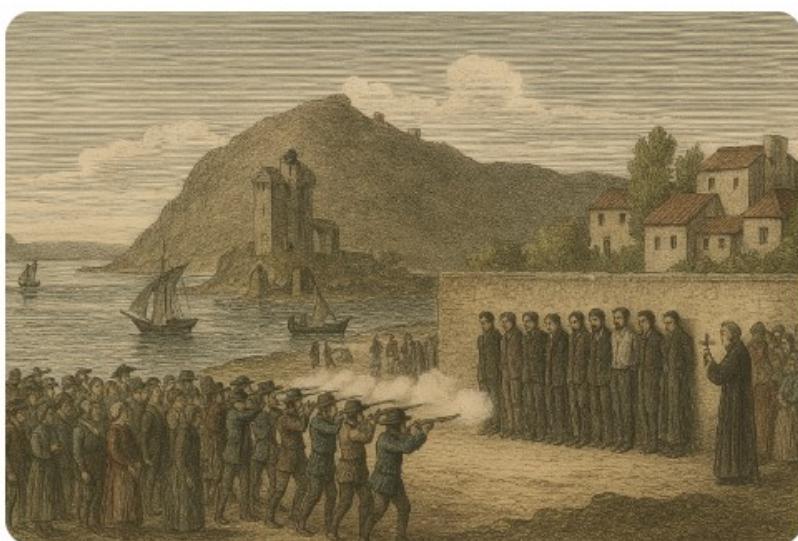
Uma outra fonte (4), uma carta do governo de D. Maria II encontrada na Biblioteca Nacional de França, liga diretamente Punhete à aclamação dos direitos da soberana. A carta, dirigida ao general da armada miguelista, procurava convencê-lo da nova realidade política:

«D. Pedro atribuiu ao Capitão Napier o título de Visconde de Cap. São Vicente e nomeou-o almirante da Real Armada de Portugal.

O governo de D. Maria dirigiu ao Conde de “Saint-Lourencou”, general da armada miguelista, a seguinte carta:

(...)

A rainha estando proclamada na margem direita do Tejo, Punhete, Barquinha, Tomar, Coruche e muitos outros lugares da margem esquerda reconheceram com o maior entusiasmo a sua augusta soberana.»



Simulação de fuzilamento de prisioneiros de uma guerrilha pedrista (liberal) por parte da população, a partir de uma gravura de Neale.

É mais um documento para contextualização dos factos.

A controvérsia sobre a aclamação de D. Pedro IV como rei é bem conhecida. Diz-se que o Marquês de Tancos, na Câmara dos Pares, terá dado um empurrão decisivo para resolver a situação. Entretanto, D. Pedro contraía empréstimos no estrangeiro, em nome da filha, para combater em Portugal.

Numa petição recebida na Câmara dos Pares (5) o Arcebispo de Elvas pedia que Dom Pedro IV fosse solenemente proclamado rei de Portugal e dos Algarves em todas as vilas do reino. Em reunião de 7 de Novembro de 1826, o **Marquês de Tancos** suplicava ao ilustre prelado para retirar a sua moção alegando que «(...)uma proclamação nova do seu título faria crer que existem dúvidas a este respeito». O arcebispo respondeu que a discussão da sua proposição estava para 11 desse mês e que não convinha antecipá-la. Por aqui se sê o alinhamento do Marquês de Tancos com a causa de Dom Pedro...

Uma nótula final sobre a versão municipal



Caricatura representando D. Pedro IV e D. Miguel disputando a coroa portuguesa, por Honoré Daumier, 1833. Biblioteca Nacional Digital <http://purl.pt/5206>, Domínio público.

Ao autor desta crónica ocorre que a visão oficial do Município de Constância acerca do papel da população durante a guerra civil se revela menos fruto de um exame crítico e ponderado, e mais herdeira do espírito de classe que há muito molda a pena dos historiadores tradicionais do liberalismo.

A história deste período conturbado da nação foi quase sempre escrita pelos vencedores.

José Luz

(Constância)

P.S. – Não uso o dito AOLP

Referências bibliográficas

- (1) <https://maisribatejo.pt/2021/03/12/viva-nova-de-constancia-a-historia-duma-vila-miguelista-por-descobrir/>
- (2) Mélanges occitaniques: recueil politique, religieux, philosophique et littéraire, A. Montpellier, D. L'imprimerie d'Isidore, Tournel, aîné, Rue Aiguillerie, nº 39, 1833.
« Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France » .
- (3) Coimbra, J. M. N., Subsídios para a história de Constância e seu Concelho, 1971.
- (4) Jornal Le National, 27 de Julho de 1833, nº 208. « Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France » .
- (5) «Le Courrier Français», 24 de Novembro de 1826. « Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France »